DIÁRIO DO GRANDE ABC
Publicado em 01/09/2022 - 07:40

Trabalho informal influencia queda da desocupação no Brasil

Trabalho informal influencia queda da desocupação no Brasil

Taxa de desemprego calculada pelo IBGE caiu para 9,1% entre maio e julho; 39,3 milhões trabalham sem a carteira assinada

BEATRIZ MIRELLE
Especial para o **Diário**
beatrizmirelle@dgabc.com.br

A taxa de desocupação no Brasil fechou em 9,1% no trimestre encerrado em julho. O número ficou em 9,9 milhões, o que indica recuo de 1,4 ponto percentual em comparação ao levantamento entre fevereiro a abril (10,5%). Nos novos dados da Pnad Contínua (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua), a população trabalhando por conta própria aumentou 1,3% em relação à pesquisa passada. O total de empregados sem carteira assinada no setor privado foi o maior desde o início da série histórica, em 2012.

Ao todo, são 98,7 milhões de pessoas ocupadas. Esse resultado indica mais 2,2 milhões de empregados (alta de 2,2%) frente ao trimestre passado. Deste número, 39,8% estão na informalidade. As informações foram divulgadas ontem pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Claudinei Plaza

NO ALTO. Número de trabalhadores informais subiu em relação ao trimestre anterior. São mais 326 mil

O rendimento real habitual foi de R$ 2.693, subindo 2,9% frente ao trimestre anterior e caindo 2,9% no ano. A massa de rendimento real habitual, que fechou em R$ 260,7 bilhões, cresceu 5,3% em relação ao último levantamento e 6,1% na comparação anual.

Ricardo Balistiero, doutor e professor de economia do Curso de Administração do IMT (Instituto Mauá de Tecnologia), informa que o índice de desocupação nacional preocupa pela quantidade de pessoas trabalhando informalmente. "São quase 40 milhões de pessoas nesta situação. Embora o país esteja gerando emprego, ele é de baixa qualidade e com renda menor. A informalidade prejudica um conjunto de necessidades dos trabalhadores, como a previdência."

No setor privado, são 13,1 milhões de pessoas sem carteira assinada trabalhando, representando aumento de 4,8% no trimestre (mais 601 mil pessoas) e 19,8% no ano (2,2 milhões de pessoas). "Mesmo que o salário como PJ (Pessoa Jurídica), que é classificado como MEI (Microempreendedor Individual), seja, no mínimo, 50% maior do que aquele que o funcionário recebia como pessoa física, ele está ganhando menos por conta dos tributos descontados." De acordo com o professor da IMT, o PJ está empregado como prestador de serviços, o que não lhe dá direito de ter férias, receber 13º e ter descanso semanal remunerado. O especialista também destaca que a renda diminuiu por conta da inflação, que acumulou alta de 10,07% nos últimos 12 meses em julho.

O número de trabalhadores por conta própria também aumentou em relação ao trimestre anterior, contabilizando mais 326 mil pessoas. Na comparação com o mesmo período do ano passado, o avanço foi de 3,5% (mais 872 mil pessoas).

"É recorrente termos pessoas que foram demitidas e abriram um estabelecimento comercial, contratando um ou dois funcionários, para ter alguma forma de ganhar dinheiro. Eles terão renda, mas nada se compara com a estabilidade e proteção social que o emprego registrado oferece", diz Balistiero.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Diário do Grande ABC

Seção: Economia **Pagina:** 6

Copyright © Clipclap 2025.